

-----**ATA N.º 6/2019**-----

-----Aos vinte dias do mês de dezembro, de dois mil e dezanove, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Denise do Nascimento Fragona.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** começou por dar conhecimento de que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, Luís Bernardo Pina Mimoso se fez representar pelo seu Tesoureiro, José Eduardo de Sousa Cardoso e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, André Diogo de Jesus Correia, se fez representar pelo seu Tesoureiro, Nelson Pina Soares.-----

-----**Efetuada a chamada compareceram a esta sessão os seguintes membros:**-----

-----Joaquim Lopes de Abreu;-----

-----Olga Maria Pereira Marques;-----

-----Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva;-----

-----José António Rodrigues de Sousa;-----

-----Alexandra Raquel da Fonseca Monteiro;-----

-----José Manuel Monteiro Antunes;-----

-----Jónatas da Fonseca Farias Rodrigues;-----

-----Flávio Manuel Granjal de Sá;-----

-----Helena Susana Cardoso Belo;-----

-----António dos Santos;-----

-----Joaquim de Almeida;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia do Baraçal;-----

-----Davide Lopes Pereira, Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana;-----
-----António Fernando de Jesus Pinto, Presidente da Junta de Freguesia de Casas do Soeiro;-----
-----João Paulo Pinheiro Machado, Presidente da Junta de Freguesia do Fornotelheiro; -----
-----Rui Filipe da Fonseca Ascensão, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----
-----José Eduardo de Sousa Cardoso, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Linhares da Beira, em representação do Senhor Luís Bernardo Pina Mimoso; -----
-----Nelson Pina Soares, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Maçal do Chão, em representação do Senhor André Diogo de Jesus Correia; -----
-----António Joaquim Fernandes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela; -----
-----José Francisco Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----
-----João Carlos Ferreira dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----
-----Susana Maria Dias Cabral Figueiredo, Presidente da Junta de Freguesia da Ratoeira; -----
-----Filipe Miguel Rosa Guerra, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares; -----
-----Rui Manuel Dias Bernardo, Presidente da União de Freguesias de Açores e Velosa; -----
-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da União de Freguesias de Cortiço da Serra, Vide entre Vinhas e Salgueirais; -----
-----António da Fonseca Ascensão, Presidente da União de Freguesias de Rapa e Cadafaz; -----
-----José Rocha Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Celorico (São Pedro e Santa Maria) e Vila Boa do Mondego. -----

-----**Faltou a esta sessão e justificou a sua ausência o seguinte membro:**-----

-----Ana Isabel Lucas Cabral Janelas -----

-----**Faltaram a esta sessão os seguintes membros:**-----

-----Ana Isabel Lopes Correia;-----

-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar;-----

-----Estiveram presentes nesta sessão, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel da Fonseca Ascensão e os Senhores Vereadores José Albano Pereira Marques, António Graça Silva, Bruno Alexandre Castro de Almeida e Júlio Manuel dos Santos.-----

-----Verificada a existência de quórum para funcionamento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente da Mesa, secretariada pela Senhora Deputada Maria Antónia Melo e Sá Lucas da Silva e pelo Senhor Deputado Augusto Miguel Almeida do Espírito Santo, na qualidade de primeiro e segundo secretários respetivamente, declarou aberta a sessão.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 1, do art.º 21.º, do Regimento da Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um período de tempo para “Intervenção do Público”, tendo-se inscrito o Senhor José Manuel Portugal, na qualidade de munícipe.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Senhor José Manuel Portugal para esclarecer que, a sua intervenção, nesta Assembleia Municipal, se prende com um pedido de desculpa à Senhora Presidente da Assembleia Municipal pela forma incorreta como na última sessão se dirigiu à mesa da Assembleia, bem como, à mesa do Executivo,

aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia. De seguida, dirigiu-se à pessoa do Senhor Deputado Miguel Espírito Santo pelo modo indelicado com que também o abordou. Mais disse que, o *post* que o Senhor Deputado colocou no *facebook*, sobre o cartaz das eleições Autárquicas de dois mil e treze, a ele, não o ofende minimamente. O facto de estar em campanhas políticas, desde mil novecentos e noventa e sete até hoje e em diferentes vertentes políticas, é porque o seu interesse a nível Autárquico, é o interesse do Concelho. E, se tiver de apoiar outra cor política nas próximas eleições, não terá pudor nenhum em fazê-lo, até porque, neste órgão já quase todos o fizeram, inclusive o Executivo. Por fim, disse não levar a mal, pois toda a gente conhece as suas convicções políticas a nível Autárquico, em que o único interesse é a sua terra. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** aceitou as desculpas do Senhor Manuel Portugal e que era seu desejo que situação semelhante não se voltasse a repetir. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----De acordo com o disposto no art.º 22.º, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município.-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu conhecimento dos assuntos e conclusões da Comissão Permanente realizada na Freguesia de Linhares da Beira, cujos membros da Junta de freguesia e alguns populares fizeram chegar as suas preocupações e efetuaram pedidos de apoio junto do Executivo. Informou, ainda, que a próxima reunião da Comissão Permanente se realizará na União de Freguesias de Cortiçô da Serra, Vide Entre Vinhas e Salgueirais. -----

-----Mais disse que, tendo tido conhecimento da realização de uma reunião na Freguesia do Baraçal, em que se pretendia prestar alguns esclarecimentos sobre a implantação de uma empresa de transformação de minério de ferro no Concelho, esclareceu que a Assembleia Municipal, ao contrário do que foi dito, não recebeu qualquer convite para estar presente, motivo pelo qual a Presidente da Assembleia Municipal ou alguém em sua representação, no caso de esta não poder, não se deslocou ao local ou não deu qualquer justificação pelo facto de não estar presente. Não admitindo, assim, que digam que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal não compareceu, porque não quis. Por isso, agradece que não confundam a cidadã/munícipe Denise Fragona com a Presidente da Assembleia Municipal, até porque a cidadã ainda é livre de ir e estar onde quer. Assim sendo, enquanto Presidente da Assembleia Municipal ninguém pode dizer que, até ao momento, não tenha dado resposta a qualquer um dos convites que lhe tenha sido endereçado. Dentro da sua disponibilidade sempre fez questão de estar presente, assim como, de justificar a sua ausência. De acrescentar que ao referirem nessa reunião que esta Assembleia Municipal era uma “palhaçada”, estão a insultar-nos a todos como elementos integrantes deste Órgão Municipal. -----

-----Questionados os Senhores Deputados sobre a pretensão de intervir foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Jónatas Rodrigues** que disse que, a sua intervenção se prendia com o horário que tem sido definido para as últimas Assembleias Municipais, pois este não foi o horário defendido no início deste mandato e como não se revê nele tinha de se demarcar publicamente. Na sua opinião, não só os funcionários públicos têm o direito a serem políticos, ele está a cumprir e a ocupar o lugar para o qual foi eleito e, com este horário, sente-se privado de o exercer em plenas funções. Para além de que, tem de escolher entre a sua vida profissional e o lugar político para o qual foi democraticamente eleito. -----

-----Nessa sequência, propôs que as sessões das Assembleias Municipais sejam marcadas para horário pós-laboral e, ainda se possível, para o meio da semana, para que assim, ninguém seja beneficiado ou prejudicado. -----

-----Por fim, desejou a todos umas Boas Festas e um Próspero Ano Novo. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** referiu que, este assunto já foi discutido noutras Assembleias Municipais, onde foi, mencionado que, em regra as Assembleias seriam à noite, e que só será praticado este horário por motivos de conveniência dos serviços ou de força maior, logo, não quer dizer que seja sempre assim. Se no início havia a ideia de que, se as sessões da Assembleia Municipal fossem à noite, seriam mais participadas, já se verificou que não é por se praticar esse horário que aparece mais público, pelo que a insistência nisso só pode ter outras motivações que não as invocadas, concluindo que, dificilmente se irá ter um horário que agrade a todos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por desejar a todos os presentes, um Bom Natal e um Feliz Ano de dois mil e vinte. -----

-----Relativamente às palavras do Senhor Deputado Jónatas Rodrigues, disse que, não deixam de ter algum sentido, ressalvando que, a marcação das sessões da Assembleia Municipal são da responsabilidade da Senhora Presidente da Assembleia Municipal. Explicou que houve sessões realizadas em horário laboral, devido à existência de assuntos que estavam no limite do prazo e que tinha de ser cumprido nesse dia, já a presente sessão, poderá dever-se a compromissos que mais tarde alguém poderá ter a cumprir. É normal, umas vezes as sessões da Assembleia serem durante o dia e outras vezes à noite, não existindo um princípio rígido para a sua marcação. -----

-----No uso da palavra, a Senhora **Deputada Maria Antónia da Silva** referiu que, não só os funcionários públicos têm o direito de estar presentes na Assembleia Municipal, pois a Lei dita que os eleitos a este tipo de cargo político têm direito à justificação de presença. Agora, é compreensível que quem é trabalhador por sua conta, tenha uma maior dificuldade em se conciliar com os horários praticados. Informou também que, agora já se começa a discutir a importância dos deputados eleitos, havendo algum apoio por parte dos principais partidos a nível nacional e, acredita, que a médio prazo quem for eleito deputado municipal poderá vir a ser considerado deputado a tempo inteiro. -----

-----Pedida a palavra pelo Senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela**, António Joaquim Fernandes Gomes, disse ter enviado em outubro de dois mil e dezoito um ofício a solicitar obras na sua Freguesia. No entanto, na Assembleia Municipal de dezembro do mesmo ano, o Senhor Presidente da Câmara garantiu que faria algumas dessas obras e passado um ano, nada foi feito. -----

-----Quis ainda saber, se existem verbas atribuídas às Freguesias para a manutenção de espaços verdes e caminhos rurais, se existe uma listagem de cada uma delas e se é do conhecimento geral ou se só algumas são contempladas. -----

-----Por fim, disse que a sua votação para o orçamento vai no sentido da abstenção, acreditando que o Senhor Presidente reconheça que está em falta com esta Freguesia e que cumpra o prometido, pois ele, como Presidente de Junta, sempre colocou os interesses da Freguesia acima dos interesses políticos e pessoais. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal**, Armando Augusto, começou a sua intervenção por pedir desculpas ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana que, por lapso, na última sessão da

Assembleia, se esqueceu de mencionar que também eles estiverem entre as pessoas que visitaram o Baraçal, na semana cultural. -----

-----Aproveitou, para agradecer ao Senhor Presidente de Junta de Freguesia da Carrapichana, a hombridade que teve em lhes preparar o salão para o almoço. -----

-----De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente ao autocarro do Município, para quando é que terminam com a cedência do mesmo a entidades externas, uma vez que, tanto se fala em poluição e em falta de dinheiro, mas depois, aumentam o IMI porque o Município não tem verbas.-----

-----Relativamente à supressão da passagem de nível do Baraçal, disse que na Junta de Freguesia receberam um *email* onde se lia que o projeto estava aprovado com o consentimento da Câmara Municipal. Acontece que, em tempos o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador Bruno Almeida deslocaram-se ao local para verificarem a possibilidade de, com a anulação da passagem de nível, ficar um espaço mais largo junto ao apeadeiro, para que ali possa virar o camião do lixo, assim como, todos os camiões, nomeadamente o dos bombeiros. Nessa sequência, já enviou um *email* a protestar essa situação, porque a Junta de Freguesia não foi ouvida. -----

-----Quanto ao projeto do Sincelo deu conhecimento que o adjunto do Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Sousa, já o tinha esclarecido. -----

-----Questionou o porquê da ETAR do Minhocal não se fazer, uma vez que, o Senhor Lima já o informou que os terrenos estão disponíveis, só falta realizar a escritura. -----

-----Referindo-se às palavras da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à reunião do Baraçal, disse que terá sido enviado um aviso e uma carta, onde do lado esquerdo escreveu “para conhecimento”. Foi um aviso igual para todos, endereçado às Juntas de Freguesia e instituições do Concelho, em suma, pelo que lhe é dado saber a Câmara Municipal é uma instituição. Quando o aviso foi enviado, foi com

o intuito de dar conhecimento a toda a população, sendo que, os Vereadores, a título pessoal, também não foram convidados, para além de que ele não teve responsabilidades daquilo que foi dito naquela reunião. ----

-----De seguida e atendendo ao que tem ouvido, pediu para saber se é verdade que a Fundação de Celorico da Beira iria receber, por parte do Município, um montante de vinte e cinco mil euros, mais dois lotes de terreno. -----

-----Tornando à conversa da reunião que ocorreu na Freguesia do Baraçal disse que, no *facebook* do Senhor Presidente da Câmara viu uma publicação, em que dizia “Se não te conseguem manipular, vão tentar manipular os outros contra ti! São assim os falhados: gente mentirosa e sem escrúpulos, sem qualquer tipo de consciência moral, num vazio absoluto de princípios e valores. Andam por aí alguns bons exemplares...com provas dadas!”. Nesse sentido, fez questão de esclarecer que a ele, ninguém o manipula, pois a razão que levou o público à referida reunião, foi a possibilidade da existência de novos postos de trabalho, e também, o facto de ele próprio, ter sido mineiro nas minas da Panasqueira, que ainda continuam no ativo, e também, por o Senhor Presidente da Câmara, numa outra sessão da Assembleia, ter falado nas consequências negativas das minas da Urgeiriça. No entanto, lembrou que o aterro de proteção, dessas minas, foi feito à beira da estrada nacional e junto ao Hotel da Urgeiriça, onde vão estagiar os atletas, por isso não deve ser assim tão mau. -----

-----Por fim, alertou para o facto de que em mil novecentos e dezassete, e mil novecentos e dezoito existiam minas de estanho em Celorico da Beira, Vale de Azares, Baraçal, Carrapichana, e outros locais, questionando se o Senhor Presidente sabe onde estão localizadas essas minas e se estão protegidas. -----

-----Dada a palavra ao Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo** começou por desejar as Boas Festas a todos os presentes e justificou que a

sua ausência na reunião da Assembleia da CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, deveu-se a questões súbitas de saúde.-----

-----Tendo pedido a palavra, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** iniciou a sua intervenção desejando a todos um Feliz Natal.-----

-----No que concerne à Assembleia da CIMBSE, disse que esta se realizou no dia cinco de dezembro, na Câmara Municipal de Gouveia, dando conhecimento de que um dos assuntos que foi discutido nessa sessão diz respeito à reabilitação da estrada nacional, que faz a ligação entre o Sabugal e a A23 e a ligação à A23 entre Belmonte e Manteigas. Mais disse que, efetivamente, já há uma publicação no Diário da República de uma recomendação para a inclusão desta obra no futuro quadro comunitário, o que é positivo não só para o Sabugal, como para toda a nossa região.-----

-----Falou-se, também, na situação financeira da Câmara Municipal de Fornos de Algodres e na reestruturação da dívida. Embora, neste momento o Município de Celorico da Beira tenha uma situação periclitante em termos económico-financeiros, é com muita preocupação que, se verifica que há Municípios que têm uma dívida superior à deste Município. -----

-----Outro assunto que foi falado foi o valor das portagens da A23 e da A25, que já foram pagas, considerando que o atual Governo deve fazer alguma coisa pelo interior.-----

-----Também se falou da preocupação do avanço da extrema-direita em Portugal, nomeadamente das intervenções do Deputado eleito democraticamente pelo partido Chega que tem assento na Assembleia da República, sendo da opinião, que não é grande política que a extrema-direita avance no nosso país.-----

-----Falou-se das alterações climáticas e da cimeira do clima em Madrid, e esta é uma preocupação de todos, sendo que Portugal cumpre os acordos de Paris e de Quioto, infelizmente outros países não o farão e foi

verificado que o que aconteceu em Espanha, é que a cimeira acabou mais uma vez sem acordo. Na sua opinião, ou se salva o planeta ou não vale a pena discutir-se política. -----

-----Uma outra questão abordada, e que também diz respeito a todos, tem a ver com a exploração do turismo e dos desportos pela Turistrela. Esta em mil novecentos e oitenta e seis conseguiu ficar com essa exploração, na Serra da Estrela, por quarenta anos, e não está a fazer rigorosamente nada a esse respeito, porque neste momento está a ser um bloqueio ao desenvolvimento do turismo e do desporto em zona de serra. E mais, os pareceres do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, neste momento, são automaticamente uma força de bloqueio. Efetivamente, a Turistrela é ineficaz e tem uma exploração até ao ano de dois mil e quarenta e seis, em razão disso, sugeriu-se que fosse feita uma auditoria para se perceber se deve continuar ou se deve ser reestruturada, juntamente com o Governo, e isso cabe também a todas as Assembleias Municipais e às Câmaras Municipais da área de intervenção. -----

-----Falou-se depois, na questão da saúde, sabendo-se que o Governo vai injetar oitocentos milhões de euros para poder desenvolver determinadas situações. A saúde está doente, não só na Guarda, mas em todo o país. -----

-----A seguir houve diversas opiniões sobre a regionalização e de seguida, entrou-se na ordem do dia, onde foi aprovado o orçamento da CIMBSE. -----

-----Uma outra situação que, foi discutida no período Antes da Ordem do Dia diz respeito à criação de um barómetro nacional ou um observatório nacional de termas em Portugal. Uma vez que, no Concelho de Celorico da Beira existem as Termas de Santo António, naturalmente que, fez questão de mencionar o seu interesse em fazer parte desse grupo de trabalho, no sentido de se poder verificar aquilo que se poderia fazer neste Concelho ----

-----Para concluir o resumo daquilo que foi dito na Assembleia da CIMBSE referiu que, o Presidente da CIM, Filipe Camelo, quando

questionado pela ausência dos Senhores Presidentes de Câmara, respondeu que, participarem nas reuniões do Conselho Intermunicipal, era o mínimo que poderiam fazer. -----

-----Continuou a sua intervenção, questionando se as obras da Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral arrancarão este ano, uma vez que o valor da obra já foi aprovado em dois mil e dezassete. -----

-----Mais disse que, foram também aprovados duzentos e sessenta e oito mil euros numa candidatura de eficiência energética para as Piscinas Municipais. Mais tarde, a Câmara abdicou dessa candidatura em substituição de uma possível candidatura para a iluminação pública de Celorico da Beira, designadamente substituição das atuais luminárias por LED's e, até à data atual, nem piscinas nem LED's. -----

-----Referiu ainda que está inscrita no orçamento uma verba de duzentos e cinco mil euros para a eficiência energética das Piscinas, questionando se a obra seria para avançar ou se seria para substituir por outra decisão qualquer. -----

-----De seguida disse que, há três anos também foi aprovada uma candidatura para os passadiços que iriam ligar a praia fluvial da Ratoeira à praia dos Doutores, num valor aproximado de duzentos e setenta e seis mil euros, isto para dizer que, tendo sido Celorico da Beira o primeiro Concelho a ter a candidatura aprovada e a Guarda o segundo, no entanto a Guarda já colocou a primeira pedra nos passadiços e parece que vão avançar. Gostaria de saber se o Senhor Presidente desistiu da ideia ou se é para continuar, uma vez que ouviu comentar que iria trocar os passadiços pela vedação do castelo. -----

-----No que concerne à empresa Alfacelor, estarão sempre recetivos às empresas que se queiram instalar no Concelho e, se essa empresa se queria instalar no Concelho, com certeza que teria os seus estudos. -----

-----Na anterior Assembleia Municipal foi dito que queriam ver os estudos de impacto ambiental e se fossem de parecer negativo, seriam contra a

instalação dessa empresa. No entanto, pelo que lhe constou, essa empresa já rumou para Espanha, não sabendo se é verdade ou não. -----

-----Dada a palavra ao Senhor **Deputado Joaquim Abreu**, congratulou-se com as palavras do Senhor Manuel Portugal, foi com grande satisfação que o ouviu falar.-----

-----Relativamente aos horários das sessões da Assembleia Municipal, estes sempre geraram reações adversas, pois nem sempre as propostas são consensuais. Neste sentido, propôs que na próxima reunião da Comissão Permanente se definisse uma hora para a Assembleia Municipal.

-----Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela, disse que na realidade as Freguesias não têm dinheiro nem meios logísticos, pois se os tivessem seria mais fácil resolver determinadas questões. Contudo, essas preocupações não são só dos Presidentes de Junta do PS, são transversais a todos. Porém, a verba que está a ser utilizada no pagamento da dívida daria para colmatar muitas dificuldades.---

-----Mais disse que, relativamente à reunião que houve na Junta de Freguesia do Baraçal, gostaria que houvesse um esclarecimento mais concreto quanto à empresa em causa, pois até ao momento ainda não teve nenhum facto consistente que o ajudasse a tomar uma opinião, e por conseguinte, tudo o que se faz à margem, só gera confusão.-----

-----Proseguiu congratulando os últimos festivais que ocorreram no Concelho, tais como, o Festival do Borrego, o da Castanha e o do Azeite, que contribuem para a economia do Concelho. -----

-----Em relação aos pontos tratados na CIMBSE, nomeadamente o assunto referente às portagens é, de opinião que deveriam continuar a reivindicar até a situação se resolver, pois o interior tem direito a Autoestradas gratuitas.-----

-----Por fim disse que, nas grandes cidades, houve uma redução nos passes dos transportes públicos, no entanto, o Governo também deveria ter

em conta os estudantes do interior, pois quando têm a necessidade de se deslocar pagam muito de transporte.-----

-----Por fim, desejou uma Festas Felizes a todos os presentes e seus familiares.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia do Minhocal**, José Francisco Gomes, começou por dizer que havia um terreno para as fossas do Minhocal, doado, ainda no anterior Executivo, pelo Dr.º João Rodrigues, mas uma vez que, os técnicos da Câmara Municipal decidiram mudar as fossas do local combinado, para o meio do terreno o Dr.º João Rodrigues recuou na sua decisão. Entretanto, disponibilizava um terreno do outro lado da ribeira, contudo este terreno faz parte da REN - Redes Energéticas Nacionais, ou seja, aí nada se poderá construir. Nessa sequência, o Município tentou que o Senhor Lima cede-se um terreno e para isso marcou-se uma reunião com o Senhor António José, das Quatro Quintas, que como condição pediu que a Câmara Municipal lhe construísse um muro em pedra desde o campo de futebol até ao cimo da sua quinta.----

-----Mais disse que, há uns tempos atrás o Senhor Presidente da Câmara o tinha informado que já estavam a dar andamento à ETAR de Prados assim como, à do Minhocal. Se for para ser construída no terreno que a Junta de Freguesia disponibilizou, ao lado do campo de futebol, aí, a ETAR terá de ser bombeada.-----

-----Quanto à reunião que aconteceu no Baraçal, é verdade que o Senhor Eng.º Rui apelidou a Assembleia Municipal de “palhaçada”. O empresário, também foi questionado se a empresa que pretende instalar precisava de água e quantos postos de trabalho iria criar, ao que o Senhor Rui Fernandes respondeu que, só precisariam de água para molhar a pedra, o que seria uma pequena quantidade. Em relação aos postos de trabalho esclareceu que, numa primeira fase que, seria a britadeira, iriam criar cinco a seis lugares. Depois foi confrontado com três estudos que existem para o transporte do material, em que, num primeiro estudo o transporte seria feito

via rodoviária IP2, IC5 e A4 até Leixões, o segundo seria por via ferroviária Pocinho-Leixões e, um terceiro por via fluvial Pocinho-Leixões. Aí, o empreendedor respondeu que quanto à via ferroviária, a linha era estreita e também tinham o problema do turismo, quanto à via fluvial, o transporte teria de ser efetuado em barcaças, uma vez que, têm o casco fundo, em certas zonas do rio Douro, não conseguiriam passar. -----

-----Mais disse que, na sua opinião instalar-se ali uma empresa com uma britadeira e com a circulação dos camiões de transporte do material, provocará muita poluição na zona, pois no Concelho temos a riqueza dos nossos produtos biológicos, tais como, o Queijo da Serra e o Azeite, para além de que no Minhocal também já existem alguns hectares de olival a produzir azeite biológico, bem como, a produção de mirtilo biológico. -----

-----Falando no Queijo da Serra certificado, dirigiu-se ao Senhor Vice-Presidente dizendo que, quando era Vereador do antigo Executivo, promoveu muito o Queijo da Serra, e agora querem deitar tudo a perder e trazerem para cá a poluição.-----

-----Interveio novamente, o Senhor **Deputado Albino Bárbara**, e na sequência da intervenção do Senhor Armando Augusto, gostaria de saber se existe alguma mina abandonada no Concelho, se está selada ou o que é que está a ser feito nesse sentido. -----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por responder ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Mesquitela dizendo que, não é verdade que nada se tenha feito na sua Freguesia, pois através de solicitações, tanto da Junta de Freguesia, como da Associação foram feitas algumas intervenções em caminhos e a nível de limpezas. Lamenta, mas a maioria das vezes o Município não tem recursos técnicos, nem financeiros, para resolver todos os problemas. No entanto, admite que ainda existem muitas operações por realizar, mas tudo seria mais fácil se não tivessem de pagar todos os meses os cem mil euros de

dívida. Espera que ainda neste mandato, para bem dos munícipes, a conjuntura seja mais favorável e possa haver outro tipo de intervenção a nível do território.-----

-----Referiu, também, que na semana anterior expôs ao Senhor Secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal – Guilherme D’Oliveira Martins, a preocupação com o estado das estradas municipais, para as quais não há dinheiro, sendo de elementar justiça que o Governo tivesse a solidariedade de os poder ajudar, nomeadamente no que respeita a estrada EN16 que, liga Celorico da Beira ao Concelho de Fornos de Algodres e se encontra num estado lastimável. Para além da autoestrada A25, que num raio de quatro quilómetros tem dois pórticos, com tudo o que isso implica, sobretudo o retorno de cerca de oito milhões, por ano, de lucros para o Estado, que está a explorar o nosso território, e o que é certo, é que tudo passa em Celorico da Beira, mas nada cá fica.-----

-----Quanto às Juntas de Freguesias informou que, existe uma lista com um subsídio a atribuir para as mesmas, com uma verba de oitenta mil euros, que se retirou do orçamento, em que cinquenta por cento é igual para todas e a restante percentagem é proporcional ao território de cada Freguesia, para darem resposta, nomeadamente na limpeza urbana e na limpeza dos caminhos. Naturalmente que, o essencial continua a ser responsabilidade do Município. -----

-----Referiu, ainda, que devido ao temporal, a estrada entre Prados e Videmonte colapsou, contudo a Câmara da Guarda disponibilizou-se a ajudar a nível logístico para a recuperação da mesma. -----

-----Quanto à intervenção do Senhor Armando Augusto, relativamente à utilização do autocarro da Câmara, esclareceu que, esse é um recurso que o Município tem para os munícipes, e que nada tem de errado, pois desde que não seja utilizado numa perspetiva individual, mas sim, numa perspetiva coletiva junto de IPSS, Associações e Juntas de Freguesia. Relativamente à passagem de nível do Baraçal, a Câmara Municipal tem acompanhado o processo, para o qual têm tentado encontrar soluções

menos perniciosas, tanto para o Baraçal, como para Celorico Gare, contudo a responsabilidade é das Infraestruturas de Portugal. Não concorda, quando diz que a Junta de Freguesia do Baraçal não foi ouvida, quando na realidade até houve alguma correspondência relacionada com essa questão. A aprovação dessa situação não é com a concordância da Câmara, pois as Infraestruturas de Portugal é que decidem. -----

-----No que concerne à ETAR do Minhocal, deu os parabéns ao Senhor José Gomes, Presidente da Junta de Freguesia, pela sua humildade, uma vez que das doze ETAR's que estavam previstas, a do Minhocal foi a única que não foi possível ser realizada. De facto, houve várias deslocações a esta Freguesia, reuniram com o Dr.º João Rodrigues, houve contactos com o Senhor Lima, proprietário das Quatro Quintas, no entanto, depararam-se com algumas situações que dificultaram o processo. O investimento em causa é muito significativo, mas com tudo isto, perdeu-se a candidatura ao POSEUR. -----

-----Relativamente à reunião ocorrida no Baraçal, ao ter conhecimento da mesma, interpelou o Senhor Armando ao que este lhe respondeu que era uma reunião aberta a todos, em geral. Dado não ter sido formalmente convidado, achou por bem não ir a essa reunião.-----

-----Para a implementação dessa empresa, o investidor impunha que a empresa ficasse perto da linha férrea e perto do rio. Porém, tem de se ter em conta que existe uma captação de água no rio, que abastece Celorico da Beira. Outra questão é que para além de a Câmara Municipal não ter disponibilidade financeira para adquirir os terrenos pretendidos, também não tem nenhum parecer a nível ambiental, existindo apenas um Pedido de Informação Prévia. O que a Câmara Municipal está a exigir é o mesmo em qualquer outra situação idêntica, para além de que os serviços têm dado resposta a todas as pretensões do empresário. No entanto, tem que se ponderar o futuro do nosso Concelho, que passa pelo turismo, pelo agroturismo e pelo ar puro da Serra, não se podendo ter tudo. -----

-----Quanto à Fundação houve um acordo que foi a reunião de Câmara para devolver um património que era do Município, isso implicou alguns custos e daí os vinte e cinco mil euros. -----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao Senhor Vereador Júlio Santos para, de uma forma sucinta, esclarecer este assunto.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Vereador Júlio Santos**, esclareceu que a Fundação foi criada pela Câmara Municipal e pela ADCC – Associação de Desenvolvimento do Concelho de Celorico da Beira. A Fundação, na altura, foi adquirida à Câmara Municipal por mil escudos e agora foi vendida à Câmara Municipal por cinco euros, o mesmo preço pelo qual a vendeu. O Município vendeu também, à Fundação um lote do Parque Industrial A25, pelo preço de cem escudos o metro quadrado e aqui aconteceu a mesma coisa, a Fundação vendeu o lote pelo mesmo preço que o comprou. A Fundação com este negócio ficou extinta, mas a ADCC ainda existe. A Associação tinha um protocolo com a Fundação, no sentido de lhe disponibilizar o edifício para a atividade da creche. Porém, havia um usufruto por cinquenta anos que a Câmara Municipal e a ADCC chegaram à conclusão que, a ADCC devia ser ressarcida por isso, e daí os vinte e cinco mil euros.-----

-----Quanto à reunião que decorreu no Baraçal, sobre a empresa que se pretende instalar no Concelho, é de opinião que o Senhor Armando Augusto foi manipulado, uma vez que, a pessoa em causa, ou seja, o empreendedor, já tinha estado numa sessão anterior da Assembleia Municipal e, quando a conversa não lhe agradou, foi-se embora. Já antes, esse empresário tinha estado presente numa reunião de Câmara, onde insultou o Senhor Presidente e posteriormente veio desrespeitar este Órgão Municipal. -----

-----Mais disse que, não tinha nada contra a empresa em questão, pois se for uma mais-valia para o Concelho o seu voto será a favor. No entanto, e

na sua opinião, esse senhor não é pessoa de bem, pois não nos faculta os dados todos. Disse ainda que, sabe o que esse senhor disse sobre a sua pessoa, mas a ele, só o ofende quem ele permite. -----

-----Para concluir, desejou um Feliz Natal e que o próximo ano seja tão bom como o que está prestes a terminar. -----

-----Continuando a sua intervenção, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** referiu que, a questão relacionada à Turistrela é um problema que deveria despertar a preocupação de todos, até porque o Município está integrado no GEOPARK, para além de que a Serra da Estrela faz parte do património mundial da UNESCO. Na sua opinião, é de muito mau senso que se entregue um território com aquela dimensão e potencial a uma empresa cujo objetivo é a nível pessoal, parecendo-lhe, ainda assim que, não tem alavancagem para uma dimensão daquelas. Disse ainda que, há cerca de um mês atrás, os Presidentes de Câmara, que fazem parte do GEOPARK, estiveram em Lisboa, numa reunião com a Senhora Vice-Presidente do Turismo de Portugal, em que se discutiu essa questão, referindo-se que não é uma boa situação, que não agrada a ninguém e que deve ser ponderada. Portanto, se, se quer aquele território com potencial, obviamente que deve haver uma outra abordagem e deve ter outros intervenientes, sendo que neste momento é um fator de travagem para o desenvolvimento daquele território, não sendo uma questão muito agradável. -----

-----No que respeita às termas, é verdade que têm ganho um maior valor, é um negócio que está em expansão, sobretudo porque atrai turistas nacionais e estrangeiros, assim como o serviço nacional de saúde também subsidia alguns tratamentos termais. A questão é que, as termas de Santo António estão num espaço privado, para além de que aquelas águas não estão registadas. Há ali um potencial para um bom investimento e para desenvolver um negócio termal interessante para o Concelho, se houvesse alguém com vontade em investir neste tipo de negócio. -----

-----Quanto à Escola Básica e Secundária Sacadura Cabral e sobre o valor aprovado, o processo está terminado e já está contemplado no orçamento de dois mil e vinte para a obra avançar. -----

-----No que se refere às Piscinas Municipais, foi aprovado, na reunião extraordinária de Câmara, o anteprojecto da eficiência energética para ser submetido a candidatura. Há também o projecto da eficiência energética para todo o Concelho, em sistema ESCO, que irá iniciar para o ano, para substituição das luminárias públicas por LED's. -----

-----Em relação aos passadiços, esclareceu que havia um projecto, tendo sido aconselhado pela CIMBSE a prescindir do mesmo, pois não seria aprovado em candidatura, uma vez que para haver aprovação tinha de estar abrangido pela zona delimitada do Parque Natural da Serra da Estrela, que foi o que aconteceu com os passadiços na Guarda. Assim sendo, acabou por se transferir o dinheiro para o património cultural e para a intervenção junto ao castelo e na protecção do mesmo, no âmbito das muralhas.-----

-----No que concerne às minas, disse que, de facto, é uma situação de alguma preocupação, e há algum tempo atrás, os moradores que vivem junto à ribeira de Linhares estavam preocupados com as minas de volfrâmio na encosta de Linhares da Beira e de Figueiró da Serra, sendo que até já se fizeram análises às águas. -----

-----Tomando a palavra, o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal**, Armando Augusto, disse que como deputado tinha todo o direito de expor as suas dúvidas. -----

-----Quanto à linha férrea referiu que, o Senhor Presidente da Câmara não diz nada sobre a passagem de nível do Baraçal. O *email* do Senhor Faísca diz que, o assunto está resolvido conforme combinado com a Câmara Municipal e até diz que até ao final do ano, se vai ajustar a obra. O que o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente e o Senhor Vereador Bruno foram fazer ao Baraçal, foi para verem se ficava um largo junto ao

apeadeiro, como já referiu anteriormente, o que não está contemplado no *email* que o Senhor Faísca enviou. -----

-----Em relação, à reunião ocorrida no Baraçal é de opinião que foi muito benéfica para esclarecer o público, embora tivesse havido alguns comentários menos agradáveis. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**1. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE**-----

-----Foi presente a ata número cinco do ano de dois mil e dezanove, referente à sessão ordinária do dia vinte e sete, do mês de setembro, do ano de dois mil e dezanove, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para retificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e depois de feitas as devidas correções, foi a mesma aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----**2. RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA**-----

-----**EXPEDIENTE**-----

-----O Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo**, segundo secretário da mesa da Assembleia, deu conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, documento cuja cópia se anexa a esta ata **(1)**, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião, que se encontra na secção de apoio aos órgãos municipais, para quem pretenda consultar.-----

-----**3. INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX. MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea a), do n.º 1, do art.º 53.º, da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da atividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente, documento que se anexa à presente ata **(2)**. -----

-----**4. 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GOP'S 2019** -----

-----Foi presente para aprovação, a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2019, documento cuja cópia se anexa a esta ata **(3)**, considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por dizer que esta revisão orçamental tem a ver com a necessidade de ajustamento em relação àquilo que foi o plano inicial do orçamento de dois mil e dezanove, passando, assim, o orçamento de treze milhões, treze mil, cento e vinte e dois euros e setenta e dois cêntimos, para onze milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e oitenta e seis euros e setenta e dois cêntimos. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu a palavra ao Responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para prestar os esclarecimentos necessários. -----

-----Para este assunto, o Técnico explicou que, a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's de 2019 agora apresentada e elaborada nos termos do POCAL e da Brochura n.º 1 do SATAPOCAL, tem como objetivo ajustar o valor do orçamento do Município para um valor mais realista tendo em conta os projetos realmente executados em dois mil e dezanove. -----

-----O ajustamento do orçamento de dois mil e dezanove é realizado na sua totalidade nas despesas de capital que não tiveram execução, nomeadamente através da redução das dotações de diversas rubricas

orçamentais cujos projetos não iniciaram, ou que já não se prevê mais despesa até ao final do corrente ano. O ajuste é feito de igual modo no orçamento da receita, nomeadamente na rubrica relativa à receita dos fundos comunitários, já que a maior parte dos projetos anulados na despesa previam receita resultante de candidaturas. Este ajuste implica uma redução ao orçamento de cerca de um milhão e seiscentos mil euros, que também permite apresentar uma execução orçamental mais próxima da realidade, passando, assim, o orçamento de treze milhões treze mil, cento e vinte e dois euros e setenta e dois cêntimos para onze milhões, quatrocentos e três mil, novecentos e oitenta e seis euros e setenta e dois cêntimos. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezasseis votos a favor e onze abstenções, aprovar a 3.ª Revisão ao Orçamento e GOP's do ano de 2019.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**5. ORÇAMENTO E GOP'S 2020**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Orçamento e GOP's para o ano de 2020, documento cuja cópia se anexa a esta ata (4), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que este orçamento, reflete todo o processo de orientação da Câmara para o ano dois mil e vinte, sobretudo as linhas de atuação a que estão condicionados, particularmente na ordem financeira e nos compromissos a cumprir, o que os impossibilita de novos rumos que poderiam tomar. Para já, têm que se centrar nas capacidades

do Município, bem como, conseguir atingir a execução orçamental dos oitenta e cinco por cento no final do ano.-----

-----Acrescentou também que, neste orçamento há uma diminuição de aproximadamente dois milhões de euros comparativamente ao do ano passado, relacionada com a diminuição da receita, nomeadamente o IMI das Eólicas, a baixa dos impostos e algumas vicissitudes que os levaram a ter que ajustar a rubrica da despesa.-----

-----Por fim, disse que uma grande parte do orçamento é para pagar os vencimentos dos funcionários da Autarquia e a outra parte, para o pagamento da dívida do Município. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu a palavra ao Responsável pela Secção de Contabilidade, Dr. José Tavares, para uma explicação mais técnica sobre o assunto. -----

-----O Técnico começou por dizer que tendo em vista a satisfação das necessidades do Concelho de Celorico da Beira, torna-se imperativa uma previsão anual das despesas a efetuar e das receitas a arrecadar pelo Município de acordo com os princípios legais vigentes. É da responsabilidade da Câmara Municipal através do seu Órgão Executivo, a elaboração de documentos previstos (Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal) assentes no princípio da autonomia financeira e administrativa dos municípios, devendo estes ser aprovados pelo Executivo e submetidos à Assembleia Municipal para votação até trinta e um de outubro de cada ano, conforme o disposto no n.º 1, do art.º 45º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais – RFALEI). -----

-----Disse que, o orçamento é um documento contabilístico que deverá definir as estratégias de desenvolvimento do Concelho no curto, médio e longo prazo, estando refletidos no mesmo, todos os encargos previstos para o ano a que diz respeito, bem como, as receitas para cobrir essas

mesmas despesas, de acordo com os princípios de equilíbrio orçamental. Estão refletidas nas grandes Opções do Plano (GOP's) todas as despesas do Município, ou seja, todas as rubricas orçamentais genéricas estão previstas nas GOP's, para além dos projetos específicos que normalmente as compõem.-----

-----Continuou dizendo que a situação financeira, do Município de Celorico da Beira, ao longo de vários anos, obrigou a que o Município recorresse aos mecanismos de recuperação financeira previstos na Lei, nomeadamente, o Saneamento Financeiro. A Assembleia Municipal aprovou a catorze de setembro de dois mil e dezassete, um Plano de Saneamento Financeiro no valor de onze milhões, quinhentos e noventa e dois mil e seiscentos e setenta euros e oitenta e dois cêntimos, que visava liquidar dívida em atraso, através da contratação de empréstimos, e que estabelecia os limites orçamentais do Município para um período de catorze anos. Os empréstimos em causa receberam visto do Tribunal de Contas a sete de junho do ano de dois mil e dezoito, tendo sido os montantes já utilizados, pelo que o Município está obrigado ao cumprimento do estipulado no plano de saneamento financeiro e a apresentar relatórios semestrais sobre a sua execução à Assembleia Municipal. Assim, o orçamento agora apresentado tem em consideração os princípios previstos, nesse mesmo plano, nomeadamente os limites à receita e despesa, sendo estes valores ultrapassados apenas nas situações devidamente fundamentadas, tais como, imposições legais (imposições dos orçamentos de Estado), ou obtenção de receitas adicionais (projetos financiados por fundos comunitários).-----

-----As GOP's são a junção de outros dois mapas orçamentais, as Atividades Mais Relevantes (AMR's) e o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), sendo o PPI o mapa onde apenas constam despesas de capital, nomeadamente, os investimentos relacionados com aquisição de património para o Município onde se inclui, por exemplo as obras e equipamentos variados. O orçamento e o respetivo Plano Plurianual de

Investimento (PPI) apresentam um grande valor de investimentos financiados por fundos comunitários, à semelhança do que tem acontecido em anos anteriores. Esses investimentos resultam de diversas candidaturas apresentadas no âmbito do Portugal dois mil e vinte. O PPI prevê para o próximo ano, cerca de um milhão de euros de investimentos cofinanciados, sendo a maior parte dos projetos financiados a oitenta e cinco por cento. A execução destes projetos está dependente da aprovação das respetivas candidaturas, e dos fundos disponíveis do Município para assumir as componentes nacionais nos termos da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso. -----

-----Assim sendo, apresenta-se o Orçamento do Município de Celorico da Beira para vigorar em dois mil e vinte, elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). No que respeita às classificações económicas, estas têm como base de especificação o classificador económico das receitas e despesas públicas. No cumprimento dos princípios orçamentais determinados pelo POCAL, pelo RFALEI e pela Lei de Enquadramento Orçamental, apresenta-se um orçamento único e anual, que contém a previsão de todas as receitas e despesas esperadas para o ano civil de dois mil e vinte. -----

-----Disse ainda que, no orçamento para o ano dois mil e vinte, à semelhança do ano anterior, existem algumas dívidas antigas pendentes, que não puderam ser pagas através do Saneamento Financeiro. Dentro das dívidas por liquidar, deve-se salientar uma no montante aproximado de quinhentos e vinte mil euros à empresa “Águas do Vale do Tejo S.A.”, dívidas, essas, que não puderam ser incluídas no Saneamento Financeiro, mas que foram alvo de negociações com a empresa e com o Ministério do Ambiente, tendo sido assinado um acordo de regularização de dívida a vinte e cinco anos, sendo que os respetivos valores em dívida deverão ser diferidos pelo período do acordo. Esta dívida apesar de refletida na sua totalidade nos balanços, apenas tem impacto orçamental no valor a pagar a cada ano. Assim, os valores apresentados no orçamento refletem,

essencialmente, a execução que se espera para dois mil e vinte, tendo como objetivo a execução de pelo menos oitenta e cinco por cento da receita e da despesa. -----

-----Relativamente às receitas, as mesmas foram calculadas de acordo com a média dos últimos vinte e quatro meses e também de acordo com as previsões de receita cobrada incluídas no Plano de Saneamento Financeiro. As únicas receitas, previstas no orçamento, que não estão dentro dos limites do plano de saneamento, são essencialmente as receitas dos financiamentos comunitários, que variam consoante os investimentos. As transferências estatais previstas são as mesmas de dois mil e dezanove, visto que, à presente data ainda não existem valores disponíveis relativos ao Orçamento de Estado para dois mil e vinte. -----

-----No que diz respeito às taxas, prevê-se isenções de taxa até ao montante de trinta mil euros, de modo a não comprometer o equilíbrio orçamental previsto, devendo esse limite ficar definido com a aprovação deste orçamento em Assembleia. -----

-----No ano de dois mil e vinte dever-se-á realizar uma revisão orçamental para transitar o saldo orçamental de dois mil e dezanove, que constituirá uma eventual receita adicional, mas que só poderá ser tida em consideração após o encerramento das contas do corrente ano. Essa transição do saldo de dois mil e dezanove para dois mil e vinte, permitirá reforçar algumas rubricas de despesa. -----

-----Os fundos comunitários a receber foram calculados de acordo com as participações a atribuir nas candidaturas que se prevê que sejam aprovadas e/ou executadas. -----

-----No que concerne às despesas correntes, as relativas a bens e serviços foram calculadas tendo em conta a média da despesa dos últimos doze meses, à exceção das situações cujas despesas estão previstas em contrato, protocolos e acordos onde se previu as despesas dos compromissos plurianuais. Os encargos com juros foram calculados de acordo com dados fornecidos pelas instituições bancárias, bem como uma

estimativa para eventuais juros moratórios que deverá ser ajustada ao longo do ano de dois mil e vinte. As rubricas de despesas com pessoal foram dotadas tendo em conta o Mapa de Pessoal para dois mil e vinte, elaborado pela Secção de Recursos Humanos, que também deverá ser aprovado pelo Executivo e remetido à Assembleia Municipal.-----

-----Estão previstas, igualmente, despesas correntes com os diversos eventos a realizar em dois mil e vinte, com base nas informações fornecidas pelas diversas secções do Município. As transferências foram orçamentadas de acordo com valores a transferir para associações e apoios a conceder a particulares, tais como bolsas de estudo e programas ocupacionais. -----

-----As rubricas de despesas de capital foram dotadas de acordo com informações relativas a diversos projetos a decorrer, custos com empréstimos, bem como de acordo com as obras a que o Executivo se propõe realizar entre dois mil e vinte e anos seguintes, podendo estas rubricas serem verificadas no Plano Plurianual de Investimentos, sendo que a grande parte das despesas só serão realizadas se as mesmas forem efetivamente cofinanciadas por fundos comunitários. -----

-----Continuou dizendo que, dentro das obras que o Município se propõe realizar em dois mil e vinte, salientou a prioridade nos investimentos previstos na área da educação, nomeadamente a requalificação das escolas EB 2/3 Sacadura Cabral, cujo investimento previsto totaliza dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil e setecentos e trinta euros e vinte cêntimos, até dois mil e vinte e dois. Estão também previstos para dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois, investimentos na Escola EB1 da Lajeosa do Mondego e no Jardim de Infância de St.^a Luzia. Também está previsto para dois mil e vinte, investimentos em mais ETAR's caso os financiamentos comunitários sejam aprovados, bem como, investimentos na eficiência energética nas Piscinas Municipais, na Requalificação do Castelo de Celorico da Beira, continuação dos investimentos em Linhares da Beira, no que diz respeito às acessibilidades e acesso *Wi-Fi à internet*.

Está também conjeturado, um montante de oitenta mil euros de transferências para as Freguesias, mediante competências a atribuir às mesmas.-----

-----Tendo em conta a conjuntura económica atual, e à semelhança dos anos anteriores, para dois mil e vinte estão previstas diversas ações de carácter social, que visarão o acompanhamento da situação de munícipes em situação económica precária. Mediante as informações obtidas através do Gabinete de Ação Social, serão analisadas as medidas necessárias para auxiliar os munícipes em dificuldades, que poderão ser de apoio financeiro, apoio habitacional, sendo de destacar neste âmbito o programa de apoio ao acesso à habitação “1.º Direito”. -----

-----O Orçamento a aprovar para dois mil e vinte tem um valor global de dez milhões, setecentos e setenta e oito mil e cento e sessenta e quatro euros, inferior em cerca de dois milhões, vinte mil e trezentos e setenta e cinco euros, face ao orçamento inicial de dois mil e dezanove. Esta redução perante o ano anterior deve-se, essencialmente, ao facto de haver algumas limitações ao nível da receita, nomeadamente na aprovação de financiamento comunitário de alguns projetos, bem como resulta da necessidade de adaptar o orçamento à real capacidade do Município em executar grandes projetos de investimento. -----

-----O princípio do equilíbrio orçamental, de acordo com o RFALEI, também estabelece limites à despesa, já que as receitas correntes têm de cobrir as despesas correntes e as amortizações dos empréstimos. -----

-----Mencionou ainda que, este orçamento tenta de uma forma equilibrada e ponderada prever a atividade do Município em dois mil e vinte numa perspetiva de continuidade. As restrições orçamentais continuam a limitar a atividade do Município devendo-se ter em consideração o cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, bem como as imposições legais. As restrições orçamentais prendem-se, essencialmente, com a falta de receitas correntes. À semelhança do que acontece com diversos Municípios do interior, as receitas correntes do Município são

provenientes, fundamentalmente, dos impostos (IMI, IMT, etc.), da venda de água aos munícipes e das receitas estatais. Qualquer pequena variação nestas receitas tem um grande impacto, na capacidade do Município executar os orçamentos e cumprir com as normas legais, no que diz respeito ao equilíbrio orçamental. Face a esta situação, a elaboração dos orçamentos não deve ultrapassar a capacidade real do Município, sob pena de incumprimento das normas legais em vigor. Assim, o objetivo orçamental para dois mil e vinte é conseguir uma execução superior a oitenta e cinco por cento, tanto na receita como na despesa, não só pela imposição legal, como também para garantir que os projetos previstos no orçamento são realmente executados e para garantir a redução do endividamento da Autarquia através da amortização dos empréstimos, nos termos do Plano de Saneamento Financeiro. -----

-----Referiu que, de uma maneira geral e à semelhança do ano anterior, é evidente a aposta na educação, na poupança de recursos e na conservação do património, que absorvem a maior parte do investimento previsto. Deve-se, no entanto, ter em consideração que o orçamento não é um documento estático e que poderá ser adaptado às reais necessidades do Município no decorrer de dois mil e vinte, pelo que, está sujeito a alterações e revisões. Existem assim, diversos projetos que estão a ser analisados pelo Executivo em diversas áreas de atuação, que poderão ser incorporados no orçamento no decorrer de dois mil e vinte, caso haja possibilidade, dentro dos limites orçamentais. -----

-----O orçamento deste ano terá de ser reduzido por volta de dois milhões e meio de euros, portanto ao reduzir esse montante em projetos que estavam previstos para este ano, como por exemplo a Escola C+S em que as obras só avançarão para o próximo ano, esse valor não vale a pena estar a onerar o orçamento se, de facto, não se vai executar. O orçamento tem de ficar com um valor mais realista, mais de acordo com o que estava previsto no Saneamento Financeiro. Mais disse que, geralmente as divergências que existem entre o que está no Plano de Saneamento

Financeiro e os orçamentos tem a ver basicamente com os investimentos, o que quer dizer, que podem existir os investimentos que quiserem, mas financiados, para contrabalançarem com a receita. Se esta situação for salvaguardada, podem de facto, ultrapassar o que está previsto no Saneamento Financeiro, desde que sejam executados, caso contrário terão um problema de baixa execução orçamental.-----

-----Nas despesas correntes, no caso dos encargos das instalações que estão previstas, especialmente despesas com a luz, este ano, foi assinado um novo contrato para fornecimento da luz elétrica do Concelho. Esse contrato prevê uma redução de cerca de quarenta mil euros, em relação ao consumo anterior.-----

-----No que concerne aos empréstimos, este ano, o Município tentou alguns contactos informais junto da banca, para a possibilidade de haver alguma disponibilidade de responderem a um eventual processo formal de uma nova consulta e foi-lhes dito que, tendo em conta que os rácios atuais ainda estão a apanhar períodos anteriores aos de uma fase menos boa do Município, poderia não haver grande benefício em avançar com o procedimento. Ainda, em reuniões que foram tidas recentemente, junto da banca, ficou acordado em aguardar uma resposta até os resultados do final do ano de dois mil e dezanove, visto que os resultados poderão ser muito mais benéficos.-----

-----Por fim, disse que será no início do próximo ano, em janeiro, que irão apresentar à banca, junto das respetivas chefias e das respetivas direções, os resultados provisórios do ano de dois mil e dezanove, para verificarem a disponibilidade em tentarem uma redução nos juros que, o Município está a suportar no âmbito do Saneamento Financeiro, para isso, irão tentar aglomerar os três empréstimos num só, assim será mais vantajoso para o Município.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, relativamente à educação, informou que, ao nível das Bolsas de Estudo, a EDP

Renováveis apoia alguns Municípios, atribuindo diversas Bolsas dentro da área social deles, também, uns quantos estudantes de Celorico da Beira serão contemplados.-----

-----Também, o evento da Feira do Queijo será apoiado, por esta empresa, em cerca de dez mil euros que, este ano, irá decorrer nos dias vinte e oito, vinte e nove de fevereiro e um de março.-----

-----Sobre este assunto, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** começou por dizer que o orçamento, para além de ser o instrumento de trabalho da Câmara é também um instrumento político, sendo que, este é o assunto mais interessante para ser discutido na Assembleia Municipal. Face aos esclarecimentos técnicos, por parte do responsável da Secção de Contabilidade e à análise feita pela bancada do PS, verifica-se que neste orçamento não há nada de novo relativamente ao anterior, sendo já tempo de inovar um bocadinho, uma vez que os dados são sempre os mesmos. ---

-----Disse ainda que, anteriormente foi sugerido que as Juntas de Freguesia tivessem uma presença participativa na elaboração do orçamento, posto isto, questionou quais as Juntas que teriam sido auscultadas. Porquanto, consideram ser de extrema importância a opinião dos Presidentes das Juntas de Freguesia na elaboração do orçamento. ----

-----De seguida, referiu que este orçamento trará sistematicamente revisões orçamentais, uma vez que está inflacionado. -----

-----Disse também que, ao longo do tempo e nas várias Assembleias Municipais, o Partido Socialista fez propostas que são exequíveis relativamente às taxas, portanto, há uma visível falta de estratégia, sem rumo definido e com falta de imaginação e, nesse sentido, este orçamento não deverá ter o voto favorável do Partido Socialista. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que a intervenção do Senhor Deputado Albino Bárbara, neste ponto, reflete exatamente o mesmo discurso do ano anterior. -----

-----De seguida, disse que não faz sentido quando o Senhor Deputado diz que este Orçamento é uma cópia do ano transato, quando, pela primeira vez, no âmbito da descentralização de competências, o orçamento contempla uma verba para as Juntas de Freguesia. Apesar destas ainda não estarem preparadas para assumirem as competências, decidiu-se atribuir uma comparticipação para os trabalhos das Juntas, nomeadamente para limpeza urbana e caminhos rurais. Contrariando o que o Senhor Deputado disse, há um esforço, por parte do Município, para distribuírem essa verba pelas Juntas de Freguesia. -----

-----Relativamente aos cem mil euros, os quais é acusado de referenciar várias vezes, disse que há meses em que pagam cento e cinquenta mil euros de dívida, questionando o Senhor Deputado Albino Bárbara, se já imaginou o que o Município poderia fazer com essa verba se não tivessem que a pagar mensalmente, inclusive, seria uma grande ajuda para as Juntas de Freguesia. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** referiu que se todos os orçamentos fossem iguais, não o discutiam, no entanto e naturalmente percebem que este orçamento é uma cópia do anterior. O orçamento para o ano já terá outros pormenores, dado que irão ter competências próprias, que têm de ser acompanhadas com a devida compensação, portanto, terão a gestão, por força da própria Lei, de vários espaços em que terá de haver a devida compensação, quer no orçamento para a Câmara, quer para as Juntas de Freguesia. Todavia, o Senhor Presidente da Câmara quando se candidatou sabia da existência da dívida e que tinha de a pagar, dívida, essa, em que muitos são responsáveis. -----

-----Interveio o Senhor **Deputado Joaquim Abreu**, dizendo que, de facto há muita gente responsável pela dívida do Município, devido à gestão praticada ao longo de alguns anos. -----

-----Relativamente ao orçamento, esse é feito de acordo com a presente realidade, onde algumas prioridades têm de ser estabelecidas. Para as Juntas de Freguesia propôs que dentro dos problemas que se estabeleçam prioridades e de seguida, o Executivo que pegue numa delas para tentar resolver. A boa notícia é que, há uma perspetiva de investimento futura, nomeadamente nas transferências de capital. Também, existe a procura de novos investimentos, sobretudo, de particulares, assim como a procura de candidaturas.-----

-----Mais disse que, este Concelho necessita bastante de um campo de futebol sintético e uma vez que, já foram perdidas candidaturas, propôs, se possível, fazer-se uma nova candidatura no novo quadro comunitário.-----

-----De seguida disse que, apesar de estarem em saneamento financeiro e terem o compromisso do pagamento da dívida, ainda assim, têm-se visto obras, nomeadamente, a ETAR da Rapa que já é uma realidade.-----

-----Mais disse que, atingir a meta do não endividamento é fundamental para que se possa recorrer ao financiamento, pois se não houver verbas do Governo será difícil haver obra. Portanto, é preciso criar condições para um futuro melhor.-----

-----No uso da palavra, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** disse que, naturalmente, essas verbas que são aprovadas em orçamento têm de ser cumpridas.-----

-----Relativamente à questão desportiva, de um campo sintético, entende a necessidade da sua existência, sobretudo no âmbito da formação desportiva. É verdade que há Concelhos que têm um campo sintético e um relvado, como também é verdade de que já se abriram candidaturas, mas que só podem ser promovidas por associações, financiadas a cinquenta por cento, até ao máximo de cinquenta mil euros. Neste momento, é apenas um projeto, mas poderá vir a ser possível ter-se no Concelho mais um ou dois campos relvados e outro intervencionado.-----

-----Contudo, é discutível se essa questão é uma prioridade para o Concelho, uma vez que há, porventura, outras situações mais necessárias, embora no âmbito desportivo seria interessante, nomeadamente, na formação das camadas mais jovens. -----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Miguel Espírito Santo** disse que entende as palavras do Senhor Deputado Joaquim Abreu, que referiu o campo sintético, como um exemplo, contudo, acredita que haja outras prioridades. No entanto, o que é verdade é que se o Senhor Presidente da Câmara colocasse um campo sintético em Celorico da Beira, seria o melhor Presidente do mundo. Na sua opinião, seria muito mais importante que se fizesse uma candidatura para o Pavilhão Municipal, pois muitas vezes não há treinos por não existirem condições, especialmente nos dias de chuva.-----

-----Para terminar, pediu que olhassem para o orçamento que vão aprovar e analisar as possibilidades, dado que, nem a todos os projetos se devem candidatar, isto porque não são investimentos suportados a cem por cento. Por vezes, por se olhar para grandes obras, esquecem-se de pequenos projetos que são essenciais e que têm mais-valias para o Concelho e para a população, do que projetos megalómanos. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com dezassete votos a favor, oito abstenções e cinco votos contra, aprovar o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2020.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.*-----

-----Declaração de voto do Senhor Deputado Albino Bárbara: -----

-----“Votamos contra esta proposta de Orçamento e Opções do Plano porque mais uma vez não foram ouvidas as Juntas de Freguesia do

Concelho e os seus representantes conhecedores dos problemas e anseios das populações.-----

-----Depois por considerarmos que a curto ou médio prazo haverá revisão do Orçamento e das GOP's por este estar efetivamente inflacionado.-----

-----Também por as nossas propostas em matéria de taxas e impostos, feitas em sede de Assembleia, perfeitamente exequíveis, não terem sido aceites.-----

-----Este Orçamento é somente mais um. Não é inovador, não traz nada de novo e sobretudo tem visivelmente uma notória falta de ambição.-----

-----O Grupo do PS na Assembleia Municipal”-----

-----**6. MAPA DE PESSOAL PARA 2020**-----

-----Relativamente ao assunto em epígrafe, foi posto a discussão para efeitos da alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/9, o Mapa de Pessoal para o ano de 2019, documento cuja cópia se anexa a esta ata (5), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----Relativamente a este documento, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que se verifica uma diminuição de pessoal, sobretudo no que diz respeito à componente externa. Não é frequente haver pedidos de mobilidade no âmbito do pessoal externo para Assistentes Operacionais e têm colmatado essa situação com os POC's, em que muitos deles têm feito um trabalho exemplar. Também fez questão de dizer que, por vezes, há comentários injustos quando dizem que os funcionários da Câmara Municipal não trabalham, pois na realidade, ele mesmo já constatou que é mentira, pois ainda essa noite, houve funcionários que trabalharam a noite toda. Uma grande parte dos funcionários do Município é empenhada no trabalho.-----

-----Relativamente ao Mapa de Pessoal, apresenta três mobilidades, duas dizem respeito a Técnicas Superiores, que transitaram da Empresa para a Câmara Municipal e que estão habilitadas para a carreira pretendida, para além de que, têm desempenhado um bom trabalho. Uma outra situação é o caso de uma Assistente Técnica que está numa mobilidade interna na categoria entre Órgãos ou Serviços, que pede a consolidação. Foram ainda extintos três lugares na carreira de Assistente Operacional, ficando um em aberto para uma possível contratação nessa área. -----

-----A Senhora **Deputada Maria Antónia da Silva** congratula as palavras do Senhor Presidente da Câmara, quando fez o reconhecimento público do trabalho dos funcionários deste Município, pois sendo ela, também, uma funcionária camarária, soube-lhe bem ouvir essas palavras. Se assim não fosse, naquele momento, não estavam ali. Desejou aos funcionários que tenham saúde e coragem, porque de facto as condições de trabalho que lhes são dadas não são as ideais, mas maioritariamente com tão pouco conseguem fazer muito. -----

-----No que concerne aos funcionários públicos, o Senhor **Deputado Albino Bárbara** corrobora com as palavras do Senhor Presidente da Câmara e da Senhora Deputada. Pois, não gosta de ouvir o boato de que os funcionários públicos não fazem nada, quando na realidade, há funcionários que se dedicam com todo o empenho ao trabalho que realizam. Ser funcionário público não é uma profissão, é uma missão. -----

-----Frisou que, subscrevia inteiramente as palavras agora proferidas e louvar, também, os funcionários do Município. -----

-----**Submetido a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com vinte e nove votos a favor e uma abstenção, criar três postos de trabalho no Mapa de Pessoal para 2020, nomeadamente**

dois na carreira e categoria de Técnico Superior e um na carreira e categoria de Assistente Técnico;-----

-----Mais deliberou, por unanimidade, extinguir três postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional, que se encontram por ocupar;-----

-----Deliberou ainda, por unanimidade, aprovar o Mapa de Pessoal para o ano de 2020.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.-----

-----**7. ESTRATÉGIA LOCAL DE HABITAÇÃO DO CONCELHO DE CELORICO DA BEIRA**-----

-----Foi presente documento, designado por “Proposta de aprovação Estratégica Local de Habitação do Concelho de Celorico da Beira”, com registo de entrada n.º 11395, datado de 09/11/2019, documento cuja cópia se anexa a esta ata (6), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião.-----

-----Sobre este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara Municipal** deu conhecimento de que este é um estudo que tem vindo a ser feito pelo Gabinete de Ação Social do Município, juntamente com os responsáveis do IFRU – Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbanas e a Universidade de Aveiro, em que fizeram este documento, e conjuntamente um levantamento global das carências habitacionais do Concelho, tendo em conta situações diferentes. Este é um projeto que será faseado no momento da sua aplicação prática, porém, a primeira fase tem por objetivo resolver o problema habitacional da etnia cigana.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor **Vereador António Silva**, para apresentar o assunto supramencionado, começando por esclarecer que o processo em questão iniciou-se há cerca

de um ano atrás, com a vinda da Senhora Secretária de Estado da Habitação, Ana Pinho, aquando do Feriado Municipal, em que anunciou o programa denominado “1º Direito”. Referiu que, neste momento, estavam em condições de dizer que o Concelho de Celorico da Beira, talvez seja o primeiro Concelho a aprovar a Estratégia Local de Habitação, numa reunião de Câmara e posteriormente na sessão da Assembleia Municipal. Neste órgão foi aprovada uma candidatura, bem como a vinda de um financiamento por parte do IHRU- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Disse que, a autoria mais aprofundada desta estratégia será efetuada pela Universidade de Aveiro. Mais, quando foi iniciada, a Câmara Municipal obteve financiamento para contratualizar esse estudo a uma entidade consultora. Entendeu também, auscultar vários parceiros e em conjunto com o Senhor Presidente da Câmara entenderam escolher a Universidade de Aveiro, pela organização e pela forma como se apresentou na candidatura. -----

-----A realidade do Concelho de Celorico da Beira é que, infelizmente, apresenta várias fragilidades, quer económicas, quer sociais que foram introduzindo alguma degradação do património, tais como, a degradação dos edifícios em zonas urbanas, a degradação do estado social nas famílias, bem como o fator da emigração. O Instituto que acaba por estar designado para o efeito, é o IHRU, que na nova geração de políticas de habitação desenvolveu um conjunto de programas de financiamento que visam a recuperação patrimonial. Houve também, o programa do IFRU que se aplica no programa habitacional, que é o caso da Zona Histórica de Celorico da Beira. -----

-----Os Municípios podem e devem definir a estratégia habitacional, o que se pretende e qual o caminho a seguir para o território. Há vários setores que têm de ser olhados com essa estratégia, nomeadamente o programa do “1º Direito”. As pessoas associam esta estratégia habitacional, apenas ao bairro de etnia cigana. É uma fragilidade urgente,

prioritária que tem de ser resolvida; no entanto, existem também outras situações a considerar.-----

-----Agradeceu e enalteceu o envolvimento do Gabinete de Ação Social do Município em todo este processo, que já tinha tido início com uma atualização do diagnóstico social. Devido a essa atualização, ganharam a vantagem de já terem identificado os agregados familiares do Concelho, a nível do seu estrato social, dos seus rendimentos, do agregado e até mesmo, no comportamento cívico.-----

-----Mais disse que, o importante foi definir o presente documento, sendo que o IHRU parte do princípio da habitação condigna para toda a gente. Disse também que, há outros programas que estão para sair, em que um deles é muito interessante e que tem a ver com a segunda habitação. Uma outra questão, que também está aflorada nesta estratégia, é a sobrevivência das IPSS do Concelho. Existe igualmente, a possibilidade da recuperação dos degradados nas aldeias, nomeadamente nas Aldeias de Montanha e nas Aldeias Históricas, essa será uma estratégia a ter em consideração no âmbito da CIMBSE.-----

-----Mais disse que, durante o processo de elaboração da Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH), foi realizado o primeiro levantamento sistemático das necessidades de realojamento habitacional. Este trabalho possibilitou sinalizar os Municípios que apresentavam carências desta natureza, apurar o número de edifícios e de fogos sem condições mínimas de habitabilidade e saber quantas famílias viviam em situação de habitação indigna. Este estudo serviu para fundamentar os seguintes objetivos estratégicos, nomeadamente dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional; garantir o acesso à habitação a todos ao que não têm respostas por via do mercado; criar as condições para que a reabilitação seja a principal forma de intervenção ao nível do edificado e do desenvolvimento urbano; e, promover a inclusão social e territorial e as oportunidades de escolha habitacionais.-----

-----Face a esta realidade complexa e diversificada, foi definido um conjunto de instrumentos operativos orientados sobretudo para a dinamização do mercado de arrendamento e para a reabilitação, visando o equilíbrio entre segmentos de oferta e regimes de ocupação, a utilização eficiente do parque habitacional existente e o aumento das oportunidades de escolha das famílias e do acesso a uma habitação digna. -----

-----Relativamente à construção do referencial conceptual para o Município de Celorico da Beira, teve por base os conceitos de “condições indignas de habitação” e “habitação adequada” do programa 1º Direito, que considera a existência de quatro situações concretas de habitação indigna, que estão relacionadas com o regime de posse de habitação ou com algumas condições físicas do alojamento, tais como a precaridade, a insalubridade e insegurança, a sobrelotação e a inadequação. -----

-----Quanto à metodologia para o Município decorre em duas fases distintas, que se complementam. A metodologia utilizada para concretizar os objetivos consubstanciou-se num processo participativo e colaborativo, coordenado conjuntamente pela equipa técnica da Universidade de Aveiro e pelos responsáveis do Pelouro de Ação Social da Câmara municipal. Esse processo desenvolveu-se ao longo das diferentes fases e contou com o envolvimento das entidades locais com intervenção nos domínios da ação social e da habitação. A primeira fase está associada à elaboração de um diagnóstico tendo em consideração as dinâmicas sociais, económicas e habitacionais. Na segunda fase foram desenvolvidos os princípios subjacentes à elaboração de uma Estratégia Local de habitação. -----

-----Prosseguiu dizendo que, de facto, uma outra dimensão da dinâmica habitacional é-lhes proporcionada pela análise detalhada dos efetivos populacionais. Sendo possível observar o fenómeno de envelhecimento da população que é mais acentuado em certos territórios do Município. Com efeito, no horizonte 2030, algumas freguesias poderão atingir um efetivo populacional inferior a cento e cinquenta indivíduos, agravando assim

significativamente os riscos de emergirem carências habitacionais e situações de indignidade.-----

-----Em síntese, importa referir que, nesta análise das carências habitacionais de Celorico da Beira, a partir dos parâmetros do Programa 1º Direito, há dezoito alojamentos pertencentes a comunidades de etnia cigana, referenciados a residir em habitações tipo barraca ou similar. Estes alojamentos foram construídos de forma clandestina em terreno privado, tendo alguns deles recebido ordem judicial de despejo, e não possuem as condições mínimas de habitabilidade e salubridade, localizando-se, maioritariamente, na Rua do Picoto e na Rua da Fonte Pipa. Isto faz com que estes agregados familiares se encontrem em situação de isolamento social e inadequação cultural e com falta de qualidade ambiental e segurança na área envolvente às habitações ocupadas.-----

-----Existe também um núcleo precário situado no Bairro de Santa Luzia, correspondendo a quinze situações, dada a natureza dos alojamentos que são construções pré-fabricadas antigas e degradadas. Este Bairro é constituído por fogos que são propriedade da Autarquia, sendo a maioria deles ocupados em regime de cedência.-----

-----Quanto às prioridades estratégicas, a estratégia local de habitação deve incluir uma proposta de faseamento da execução das soluções habitacionais e a respetiva programação. Este requisito foi alargado a todas as medidas propostas no plano de ação. Foram considerados seis anos para a implementação da estratégia local de habitação, embora seja do interesse do Município dar continuidade a muitas atividades e iniciativas que aqui terão início. Este período foi organizado entre o curto, médio e longo prazo, ainda que durante esses momentos a sua implementação tenha intensidades distintas.-----

-----No que concerne os elementos justificativos dos princípios, o formato de intervenção do plano de ação pressupõe a resolução das carências habitacionais, indo para além da questão habitacional, melhorando de forma global as condições de vidas dos agregados familiares, através de medidas

complementares de apoio e acompanhamento das famílias. Estes aspetos foram tidos em conta, com os princípios estabelecidos, nomeadamente, o princípio da acessibilidade habitacional, do planeamento estratégico local, da integração social, da estabilidade, da cooperação, da participação, da equidade, da perequação, da reabilitação do edificado, do incentivo ao arrendamento, das acessibilidades e da sustentabilidade ambiental. -----

-----Mais disse que, mediante a tipologia dos alojamentos associados às soluções habitacionais, com uma referência de um total de sessenta e cinco fogos, haverá um orçamento estimado, por tipo de beneficiário e situação de habitação indigna, entre dois mil e vinte e dois mil e vinte e dois, num total de quatro milhões, quatrocentos e quarenta e três mil e seiscentos e dezoito euros. -----

-----Concluiu dizendo que, este documento não está fechado, uma vez que irá ter atualizações de seis em seis meses. Após a aprovação do mesmo, há a necessidade de arrendar casas para cada família. -----

-----Por fim desejou a todos votos de Boas Festas. -----

-----O Senhor **Deputado Joaquim Abreu** disse que, no seguimento do que tem vindo a dizer, também, este plano, é uma boa novidade. Felicitou a Câmara Municipal, o Senhor Vereador António Silva e todos os colaboradores do projeto, considerando que este é um passo importante e que espera que seja concretizado, para servir o Concelho da melhor maneira. -----

-----Por fim, questionou se seriam os serviços técnicos da Câmara Municipal a fazer os projetos de arquitetura, ou se iriam ser contratualizados por gabinetes externos. -----

-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que, quando começaram a trabalhar ainda não havia sequer as normas de como trabalhar e, nessa altura, foi aprovado em reunião de Câmara, que os quadros técnicos do Município, a nível de arquitetura, engenharia e

topografia trabalhassem neste projeto. Informou ainda que, há famílias de etnia cigana que, a título particular, já adquiriram casa em ruínas para ser recuperada. Na candidatura, tendo em conta que são sessenta e cinco projetos, alguns serão executados pelo Município e outros serão distribuídos pelos gabinetes de engenharia e arquitetura que existem no Concelho de Celorico da Beira. -----

-----**Submetida a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Estratégia Local de Habitação do Concelho de Celorico da Beira.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta por unanimidade.* -----

-----**8. RELATÓRIO SEMESTRAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO - 1º SEMESTRE 2019 (CONHECIMENTO)**-----

-----Foi presente para conhecimento Relatório Semestral de Execução do Plano de Saneamento Financeiro do primeiro semestre de dois mil e dezanove, documento cuja cópia se anexa a esta ata (7), considerando-se integralmente reproduzido e que fica arquivado em pasta respeitante a esta reunião. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----A Senhora **Presidente da Mesa da Assembleia** desejou a todos os presentes votos de Boas Festas com muita saúde e um feliz Ano Novo. -----

-----Finalizada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, eram dezoito horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

